

# **JOGO DE CINTURA, *HABEAS CORPUS* e REBELIÃO: administração de conflitos no cotidiano de adolescentes internos em Abreu e Lima/PE**

Mônica Maria Gusmão Costa  
(PPGA-UFPE)

## **Introdução:**

Este artigo faz parte de uma pesquisa realizada nos anos de 2005 a 2007, defendida em banca de mestrado em 2008, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. O trabalho teve como objetivo refletir sobre as rebeliões numa unidade masculina de internação da Fundação da Criança e do Adolescente de **Pernambuco**, localizada na cidade de Abreu e Lima, Região Metropolitana do Recife, numa perspectiva antropológica, buscando uma compreensão do fenômeno enquanto conflito social, refletindo a condição dos internados no cotidiano da instituição que os priva da liberdade.

Como foi dito, a pesquisa foi realizada durante três anos. No primeiro ano ocorreu a primeira fase, quando eu era advogada contratada pelo Estado de Pernambuco e exerci meu trabalho de técnica na instituição, atendendo aos jovens em internação que vinham de diversas cidades do estado, acompanhando seus processos judiciais, fazendo audiências, enfim, atuando em defesa do jovem interno. Nessa ocasião coletei muitos dados de processos judiciais, de relações sociais dos adolescentes com juízes, promotores, defensores públicos, famílias, com os próprios técnicos (advogados, assistentes sociais, psicólogos) e alguns funcionários da Fundac.

Para a segunda fase da pesquisa, já desvinculada da instituição, apenas como mestranda em antropologia, fui encaminhada à Presidência da instituição através de um Ofício expedido por um juiz da Vara da Infância e da Juventude, o qual solicitou meu acesso às dependências do CASE – Centro de Atendimento Socioeducativo, a ser estudado, a fim de possibilitar a pesquisa. Devidamente autorizada pela presidência da instituição, pude fazer uma etnografia, **onde**, além de uma observação discreta, foram realizadas 30 entrevistas com os diversos atores sociais envolvidos no conflito (jovens internos, agentes socioeducativos, funcionários e dirigentes da instituição).

A cada visita ao campo, com um olhar de pesquisadora, colhi novos e reveladores dados, presenciei tumultos do cotidiano que não são expostos pela mídia, percebi que as

rebeliões estão presentes não apenas no acontecimento visível pela sociedade, mas faz parte do cotidiano dos internos com a sua constante iminência, num “jogo” onde os atores sociais trocam *habeas corpus* a fim administrarem conflitos diários, de um lado, e obterem um pouco de bem-estar de outro.

Pretendo com esse texto remeter o leitor à possibilidade de repensar não só as rebeliões, mas observar algumas circunstâncias que envolvem jovens encarcerados, numa visão, como denominou Marvin Harris, *emic view*, do ponto de vista de dentro, contrastando com *etic view*, a visão de fora, lembrando que todo saber é parcial, pois esta é uma visão construída a partir de um diálogo entre informantes e pesquisadora, que também é de fora. Para alcançar o objetivo acima proposto, foram analisados os conceitos de instituição total de Erving Goffman, bem como os de Michel Foucault no que diz respeito às relações de poder e disciplina envolvida no conflito e no cotidiano dos jovens em internação, contrastando com a realidade brasileira, utilizando os conceitos de Roberto DaMatta e Livia Barbosa, analisando brevemente a teoria da troca.

A instituição escolhida para pesquisa executa medida socioeducativa de internação, com privação total de liberdade, possuindo capacidade para 98 internos, recebendo, à época da pesquisa, cerca de 300, quase três vezes mais que sua capacidade. O CASE estudado possuía, em abril de 2007, nove divisões no espaço interno, separações por paredes e grades, denominadas alas, incluindo as de segurança e castigo. Cada ala continha entre 23 e 52 internos, estes distribuídos em celas (cerca de 7 celas dentro das alas, também separadas por paredes e grades).

É importante, ainda, ressaltar que a categorias internas que denominam os internos e agentes, são “adolescentes” e “monitores”, porém, no decorrer deste texto poderei utilizar outras como “jovens”, “internos”, “agentes”.

### O “Jeito” Brasileiro de Administrar Conflitos:

“A direção estipula uma regra, não cabe a nós passar por cima dessa regra não, mas a gente abre uma exceção pra eles não se sentir tão preso, pra eles não tentarem fazer rebelião” (agente socioeducativo). As formas de controle e disciplina demonstrados por Michel Foucault, sobretudo em sua obra *Vigiar e Punir*, são ineficazes na contenção dos adolescentes estudados. A pesquisa revelou uma outra lógica no exercício do poder institucional, outras estratégias de controle, de administração de conflitos. As técnicas de disciplina na obra de Foucault são relativizadas em alguns aspectos na instituição estudada, bem como o conceito de instituição total, nos termos Goffman. Para entender essa lógica de administrar os conflitos

diários no universo pesquisado é necessário inicialmente revelar e conceituar as categorias internas encontradas na instituição, responsáveis por um relativo controle sobre os adolescentes que são as categorias *jogo de cintura* e *habeas corpus*.

Para explicar o *jogo de cintura*, foram utilizados os conceitos de "jeito" e "jeitinho" brasileiro, analisados por Roberto DaMatta e Livia Barbosa. Iniciaremos com as definições de Roberto DaMatta na obra *O que faz o Brasil, Brasil?* na qual o autor reforça a idéia de um "jeito" brasileiro como "um modo e um estilo de realizar algo". (1994: 99). *O que faz o Brasil, Brasil*, segundo DaMatta, é justamente o que distingue o brasileiro do americano ou do francês. Entendendo essas distinções, poderemos perceber melhor por que os modelos de Foucault não se aplicam nas instituições brasileiras da mesma maneira como se aplicam nas instituições estudadas por ele.

DaMatta indica que o caminho para entender a sociedade brasileira é uma "chave dupla" – moderna de um lado e antiga de outro; "misturando" e "acasalando" as coisas através da capacidade relacional, funciona como uma moeda, algo que tem dois lados. Trata-se de uma abordagem sobre o modo de navegação social: a malandragem e o "jeitinho". Esse "jeitinho" demonstrado por DaMatta, conceituado também na obra de Livia Barbosa, abordada mais adiante, que explica o cotidiano dos brasileiros foi, neste trabalho, comparado ao cotidiano dos adolescentes na forma de administração dos seus conflitos diários.

DaMatta afirma que o brasileiro oscila entre as leis universais e situações onde, através de um sistema de relações pessoais, ele se salva do "jeito" que pode; no Brasil, ao contrário das sociedades como a francesa ou a americana, não há uma adequação entre a prática social e o universo jurídico. Nesse caso, convém indagar: quantos brasileiros acreditam que poderão resolver seus conflitos acionando o sistema legal? Quantos brasileiros acreditam na justiça ou na igualdade jurídica? Será que não preferem acionar suas teias de relações pessoais ao invés de procurar a justiça?

Segundo DaMatta, não há no Brasil uma adequação entre o universo jurídico e as práticas sociais, podemos pensar, então, que talvez ocorra uma idealização no mundo jurídico brasileiro como um sistema disciplinador. O ECA prevê um ideal "ressocializador" para os "adolescentes em conflitos com a lei", por outro lado as dificuldades ou impossibilidades (como por exemplo, a superlotação nos centros de atendimento socioeducativos) de seguir esse modelo jurídico previsto exige dos atores sociais encarregados dessa ressocialização estratégias, mecanismos desenvolvidos nas relações pessoais no cotidiano, trazidos da sociedade mais ampla. Essas estratégias do cotidiano brasileiro aparecem no universo pesquisado como *jogo de cintura*, variação do "jeitinho" brasileiro.

A obra *O Jeitinho Brasileiro – a arte de ser mais igual do que os outros*, Livia Barbosa (2006) contribui neste trabalho como forma de refletir sobre a categoria *jogo de cintura*. Na instituição pesquisada essa categoria é utilizada pela direção como estratégia para lidar com os conflitos da vida cotidiana dos internos, reproduzindo as estratégias das relações sociais do macrocosmo (a sociedade brasileira) para o microcosmo (o universo pesquisado).

Segundo Livia Barbosa o *jogo de cintura* aparece como uma variante do "jeitinho", existindo duas maneiras de falar sobre ele: uma positiva e a outra negativa. No caso deste trabalho, o discurso dos *monitores* e da direção da instituição pode ser considerado positivo; valoriza o *jogo de cintura* como uma forma positiva e indicada para lidar com a situação em que se encontram na relação com os adolescentes.

Livia Barbosa aponta que a reciprocidade aparece em todas as situações: “Uma mão lava a outra e ambas o rosto” (2006:65). Este discurso é percebido pela autora como positivo, pois aparece como uma resposta criativa frente a uma situação de emergência ou agiliza um procedimento desobedecendo à lei ou norma preexistente. “O falar positivo sobre o 'jeitinho' é basicamente um falar de aprovação. Ele faz parte do caráter brasileiro. Sintetiza nosso lado cordial, simpático, alegre e esperto” (2006:63).

Diante do que conceitua Livia Barbosa, é possível entender porque não foi difícil aparecer o *jogo de cintura* nos discursos dos monitores e da direção da instituição estudada, apesar de todo o contexto conflituoso em que a pesquisa de campo estava inserida. O *jogo de cintura* apareceu, em todas as entrevistas, como estratégia positiva de resolução de conflitos, de contenção dos adolescentes no cotidiano do universo estudado.

Algumas vezes observei variantes do *jogo de cintura* como “muita conversa”, “muita negociação” ou “através do psicológico”, mas sempre como forma positiva, um discurso que poderia ser revelado para a sociedade mais ampla por parecer, para os monitores e direção da instituição, uma forma louvável de tratar os adolescentes. Tratamento como fornecer drogas ou bater nos internos dificilmente aparecia em seus discursos; muitos adolescentes entrevistados faziam, no entanto, referência a esse tipo de tratamento, considerado corrupto para todos os atores sociais pesquisados, portanto, negativo e não colocado à visibilidade – um discurso proibido.

Um ou outro monitor citou a possível existência de alguns agentes que “quebram”, ou seja, fazem uso de alguma forma de tortura. Indicou, também, por vezes, a possibilidade de entrar drogas na instituição, mas ninguém (nem mesmo os adolescentes) dava indícios de como essas drogas entravam. Portanto, a prática de tortura, o tráfico de drogas dentro da instituição são formas de corrupção difíceis de aparecer nas entrevistas, possivelmente pelo

medo de represálias. Ao contrário, o *jogo de cintura*, podia aparecer; esse modo de relação social do microcosmo estudado reproduz as relações sociais da sociedade brasileira como forma positiva de agir diante das dificuldades do cotidiano.

No caso da instituição pesquisada, o *jogo de cintura* torna-se a forma de poder com uma lógica diferenciada da apresentada por Foucault. A superpopulação carcerária provoca uma rede de relações entre os diversos atores sociais; a instituição possui quase três vezes mais que sua capacidade, proporcionando, por exemplo, um contingente de 45 adolescentes, entre 15 e quase 18 anos de idade, para serem controlados por três monitores, todos em uma ala. Nesse contexto, os monitores entrevistados são unânimes ao afirmar: “controle, controle mesmo não existe”. O *jogo de cintura* é a saída emergencial cotidiana que a direção e os monitores aprendem a utilizar com os mais antigos, a fim de obter certo controle da situação. “Os monitores novatos não têm *habeas corpus*”, afirma um monitor; “com jogo de cintura a gente vai levando”, declara outro. O monitor novato não tem, ainda, conquistado a “confiança” do adolescente, ainda não “jogou” com a “conversa”, com o “psicológico”. Precisa ser simpático e habilidoso com as palavras, conhecer individualmente cada adolescente: “não pode simplesmente dizer não a eles [adolescentes], tem que saber dizer não” (diz um outro monitor entrevistado). Sendo que esse “não” do monitor pode significar um talvez ou um sim posterior, segundo sugerem as entrevistas, caracterizando a categoria *jogo de cintura* desta pesquisa ainda mais próxima do “jeito” brasileiro.

Um monitor entrevistado, com o pseudônimo de João (todas as identidades dos entrevistados foram omitidas com pseudônimos), afirma tomar conta de uma ala com dezessete adolescentes para ser controlada por dois monitores, dizendo que o problema é que tem muito adolescente para pouco funcionário. Ao ser indagado sobre como são controlados os adolescentes, ele expõe o seguinte:

M: Você tem controle sobre os adolescentes de sua ala?

J: Na verdade não, a verdade é essa. De um jeito ou de outro a gente tem que conquistar a confiança deles. Conquistar [pausa], entre aspas, a amizade, né. Em alguns aqui a gente cria até um laço que até a gente confia, mas como passa, muda ligeiro de adolescente, chega novato direto, aí a gente não tem tempo todinho de conquistar, mas alguns a gente até que conquista, pega uma certa confiança... Assim, é porque a gente sabe que eles não vão fazer nada contra a gente, entendeu?

M: Você se sente seguro dentro da ala?

J: É, entre aspas... O que a gente tem que fazer pra conquistar a confiança deles? Conversar muito com eles, entendeu, eu respeito porque é melhor a gente dar ouvidos... “E aí?” Eu

pergunto a eles: “por que tu entrasse aqui?” Aí ele diz: “não eu entrei aqui porque” [pausa] geralmente é droga, né. “Não porque, porque eu fui roubar, não sei o quê.” Aí o outro: “não porque eu tava traficando”. Aí a gente dá ouvidos, eles conversam, eu escuto, eles sentem [sentem a confiança no monitor], tudinho. Aí eles perguntam a gente como é que tá lá fora... “Rapaz tá massa lá fora. E aí eu fui pra tal festa.” “E aí como é lá na festa, tem muita mulher?” “Ôxe, tem mulher que só a cebola no mundão...” Aí a gente começa a conversar, pronto, aí eles já perdem um pouco a timidez, vai contando, conversando. Eles contam coisa à gente que não conta pra gente de fora, pras equipes [técnicos: assistentes sociais, psicólogos e advogados].

João sinaliza que essa confiança é “entre aspas”. Em outras entrevistas percebi que a conversa faz parte do *jogo de cintura*, estratégia para administrar conflitos e manter o controle sobre os *adolescentes*, estes, muitas vezes, ficam aliados dos monitores quando acontecem tumultos, ajudando a instituição a evitar uma rebelião.

Vale salientar que essa confiança, usando a sinalização de João, também é entre aspas para os adolescentes, os quais afirmam não confiar em ninguém dentro da instituição. A conversa aparece como uma “malandragem” nos termos de DaMatta, utiliza-se da “sedução”, necessária para o uso do “jeitinho” segundo Livia Barbosa, é uma fase introdutória nas relações entre os atores sociais, sendo uma categoria pertencente aos administradores da instituição, não aos adolescentes.

Segundo os monitores entrevistados o conflito é administrado com *muita conversa, com o psicológico*. Eles afirmam que “tem que ter muito *jogo de cintura*.” Com o uso desta categoria (e do *habeas corpus*), numa dimensão comportamental, os adolescentes passam a oferecer segurança aos monitores, no caso de conflitos, passam a ser colaboradores. O *jogo de cintura* é um modo de vida socialmente construído e socialmente transmitido, constituindo a forma de administrar os conflitos do cotidiano da instituição pesquisada. Ao ser indagado sobre como controla os adolescentes, o diretor da instituição afirma: “disciplina, muita conversa, diálogo, se não funcionar vai pra ala 08 [castigo] de 10 a 15 dias, com atendimento técnico, no momento certo ele retorna à ala de novo... A gente não pode embaçar muito as coisas não” (diretor da instituição).

Conquistada a “confiança” do adolescente (lembrando que a reciprocidade aparece nesse “jogo”, segundo Livia Barbosa, como “uma mão que lava a outra”), o *jogo de cintura* prepara o adolescente para receber o *habeas corpus* e conseqüentemente obrigá-lo a retribuir a dádiva recebida.

## As trocas no *Habeas Corpus*:

Previsto no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição do Brasil e no art. 647 do Código de Processo Penal Brasileiro, o *habeas corpus* é um instituto do direito muito antigo, desde a Carta de João Sem Terra, da Inglaterra, datada em 19 de junho de 1215. A expressão *habeas corpus* em latim quer dizer: que tu tenhas o corpo, assim, serve para assegurar a liberdade de ir e vir de todo cidadão que perdeu ou encontra-se na iminência de perder a liberdade por abuso de poder ou ilegalidade. Mas não será desse *habeas corpus* que trataremos aqui, aliás, o *habeas corpus* como remédio jurídico está distante dos adolescentes em internação (eles não tomaram esse "remédio"), podendo, contudo, estar presente apenas em "espírito".

Ironicamente, a categoria *habeas corpus* encontrada na instituição pesquisada possui alguns aspectos parecidos com o remédio jurídico, como por exemplo: alguns adolescentes que "gozam" de *habeas corpus* dado pela direção podem circular "livremente" fora das alas, na cozinha, nas instalações destinadas à administração da instituição ou até mesmo ir à barraca do lado de fora dos muros da instituição para comprar um refrigerante ou fazer um lanche. São poucos os internos que possuem essas regalias. Normalmente, oferecendo pequenas regalias, pequenas "liberdades" que proporcionam um mínimo de bem-estar no cotidiano dos adolescentes, os monitores (com apoio da direção) recebem em troca segurança e colaboração dos adolescentes, quebrando, inclusive, com algumas normas internas da própria direção. Esse sistema de troca é denominado *habeas corpus*, a entrevista com o monitor Luiz esclarece a categoria:

M: Você mantém controle sobre os adolescentes que estão sob sua responsabilidade?

L: Controle mesmo não há? Olha, pra gente controlar toda ala, só nós dois é difícil, é difícil. Tem que conquistar de um jeito ou de outro, é trazendo um filme de DVD... Tem uns que têm preguiça de levantar, aí a gente separa dois pães, três, aí traz um copo de café, aí diz: "tá aí." Pronto, aí ele já vai se apegando um pouco a você. Simples coisas que eles vão se apegando.

M: Mas tem horário de refeição, né? É possível cumprir à risca as normas internas?

L: Há certas coisas que a gente não pode botar mau costume. Tipo isso da comida. A comida a gente não pode trazer direto.

M: O que é *habeas corpus*?

L: Pronto, um exemplo, eu vou citar aquele *habeas corpus*. Eu trouxe meu DVD pra eles assistirem, já é um *habeas corpus* que eu botei pra ala. Quando teve tranca, tá todo mundo trancado lá [neste caso na cela, além de já ficarem trancados na ala], a ala tá toda de castigo, aí tem bebedouro aqui na ala, aí: "Luiz, e esse *habeas corpus* aí?" "Pra quê?" "Pra eu ficar aí na

ala enchendo o copo dos meninos e eu ficar com o isqueiro pra acender o cigarro deles." [o *adolescente* que executa essa tarefa é chamado pelos internos de "aquele que faz os *adiante*"]  
Aí, se merecer, a gente deixa ficar meia hora, 30 minutos aqui na ala, no corredor. Teoricamente não pode, de castigo não. Mas às vezes a gente é até autorizado pelo diretor, a gente pede a ele. Aí, isso aí é *habeas corpus*. Aí a gente deixando esse *habeas corpus* pra eles, a gente vai pegando *habeas corpus* na mão deles. "Esse monitor é limpeza, esse monitor é tranqüilo". Aí na rebelião: "dá *habeas corpus* pra ele." A gente conquista *habeas corpus* assim, no dia a dia, um gera o outro [*habeas corpus*]. Geralmente, um dia antes da visita, aí eu compro minha carteira de cigarros que fica comigo e trago uns pra aqui.

M: Trazer drogas gera respeito deles (adolescentes) por quem traz?

L: Gera nada! Como eu já vi aqui casos de pessoas trazendo e ser ameaçadas...

Por ser caracterizada uma categoria de troca, pertencente tanto à direção e monitores quanto aos adolescentes, o *habeas corpus* poderá ser explicado pela dádiva. Através de uma breve análise teórica, o leitor poderá melhor refletir sobre o contrato de dar, receber e retribuir o *habeas corpus*.

No *Ensaio sobre a Dádiva*, Marcel Mauss explica que a dádiva, como fenômeno social total, possui caráter aparentemente gratuito, porém sua retribuição torna-se obrigatória; a dádiva gera direitos e obrigações, para quem dar e para quem recebe. O autor questiona a força existente na coisa dada justamente porque se transforma em obrigação de retribuir. Mauss afirma que é possível estender as observações sobre a dádiva em sociedades indígenas e não ocidentais a nossas sociedades industrializadas, pois na nossa moral, assim como na dádiva, "obrigação e liberdade se misturam" e não estão classificadas somente em "compra e venda". Além do valor mercantil, existe o valor sentimental. Mauss argumenta que a coisa dada possui força própria e torna o recebedor devedor por ter recebido, criando um "vínculo bilateral irrevogável".

Em *O espírito da Dádiva*, Jacques T. Godbout (1999), chama a atenção para os perigos e recusas da dádiva, citando que Mauss acentua que, em alemão, *Gift significa veneno*. Godbout afirma que a dádiva "mascara" a coisa dada, "a dádiva serve, antes de mais nada, para estabelecer relações." (Godbout, 1999: 16)

Mauss chama atenção à moral que rege essas transações. Comparando a análise do autor com esta pesquisa, foi percebido que, dentre os "favores" concedidos no *habeas corpus* não se encontra, por exemplo, o fornecimento de drogas para os adolescentes. A negociação de drogas aparentemente existe na instituição pesquisada, mas não está contida no *habeas corpus*. Esse fato é explicado porque o fornecimento de drogas é considerado pelos atores

sociais como uma troca puramente mercantil, não podendo ser negociado no sistema de *habeas corpus* entre adolescentes e monitores (e direção).

Um trecho de uma entrevista com o monitor Cláudio mostra o *habeas corpus* e a forma de proceder no *jogo de cintura*:

M: O que é *habeas corpus*, tão falado aqui?

C: *Habeas corpus* é [pausa], é mais ou menos, é assim: pronto, eu cheguei na ala, aí primeiro tem que conversar com os meninos, vê como é o sistema [cada ala tem uma forma de trabalhar diferente, dependendo dos adolescentes, os monitores têm que se ajustar à ala], vê outro monitor que é mais antigo, vê como é que ele faz pra poder me adaptar à ala... Aí vou vendo, né. Vê o que eles gostam, o que eles não gostam, a gente tem que prestar muita atenção porque logo quando a gente chega na ala, quando a gente é novato, eles lhe testam muito, entendeu? Ficam amarrando, botando a camisa na cabeça pra vê se a gente tem medo.

M: Por que amarram a camisa?

C: Geralmente quando eles botam a camisa na cabeça é quando vai ter rebelião. Aí eles ficam lhe pedindo, lhe oferecendo pra trazer drogas, lhe pedindo não sei o quê: “dá pro senhor trazer droga, bebida?” Aí a primeira coisa que eu jogo, no meu caso, né, eu digo: “rapaz, olhe, eu tenho dois meninos pra criar, eu dependo desse emprego, você é novo, ó, se eu perder esse emprego como é que eu vou tirar o dinheiro dos meninos. E outro, e ainda é arriscado de eu ir pro COTEL [funciona como detenção provisória e triagem para adultos] andando, nem de viatura eu vou, eu vou andando que é só aqui ao lado. Aí eu vou perder meu emprego, vou perder minha liberdade, e meus dois filhos? Quem é que vai criar?” Aí ele fala: “é rochedo, é rochedo.” Pronto, é um teste, eu não posso chegar e dizer não pro menino, tá embaçando, tem que dizer de um jeito, tem que saber dizer não a eles... É saber conversar com eles, tem que ter muito *jogo de cintura*, entendeu?...

Um adolescente interno define o monitor *limpeza* e o *sujeira* ou *embaçador* da seguinte forma: “*sujeira* é aquele que quer se impor, ele bate no cara, quebra, monitor *sujeira* é marcação. *Limpeza* é o que dá conselho bom, pá. Pra mudar de vida que essa vida não presta”. Nota-se, pelo depoimento do adolescente e dos monitores (acima), que o tráfico de drogas não faz parte das negociações e o *habeas corpus* é oferecido pela direção ao adolescente como benevolência, dádiva.

Maurice Godelier (2001), em *O enigma do dom*, faz uma releitura do *Essai sur le don* de Mauss. Dando ênfase às coisas que não podem ser trocadas, o autor estuda o dom num contexto social onde se multiplicam os excluídos pelo mercado competitivo. Para Godelier a exclusão social aumenta a necessidade do dom. Vimos que no Brasil o “jeito” resolve as

necessidades do cotidiano, onde o Estado também se faz ausente, ineficiente, inoperante.

Analisando a categoria de troca da instituição pesquisada, representada pelo *habeas corpus*, percebe-se, então, que a dádiva é oferecida pelo monitor, para depois ser recebida, tornando-se, com essa prática, um monitor *limpeza* e fazendo com que o adolescente tenha a obrigação de retribuir.

Outro monitor que chamarei de Roberto, o qual trabalha, com mais dois monitores, numa ala com 45 adolescentes, define o *habeas corpus* dessa forma:

M: O que é *habeas corpus* para você?

R: É regalia, atendimento de um pedido que ele não tem direito, feito um voto de confiança em troca da confiança mesmo. A gente não pode ser um carrasco para eles porque se eles quiserem complicar pra gente, complicam... Para trabalhar na ala, a ala tem que aceitar ele [monitor].

M: Como os monitores contêm os adolescentes?

R: Através do psicológico, da conversa, através da consideração que ele conseguiu no cotidiano; o novato [agente] não consegue conter... Quando eles querem [rebelião] não tem quem segure.

A ameaça de uma rebelião tende a ser reforçada diariamente, para que a vida desses adolescentes dentro da instituição fechada possa ser suportada através do *habeas corpus* que obtêm dos monitores, garantido em troca comportamento aceitável pela direção, e até a segurança dos agentes monitores *limpeza* na hora de uma rebelião.

Num certo dia, ao chegar ao campo e entrar na instituição, cumprimentei o policial reformado que trabalha na portaria: "tudo bem, tudo tranquilo?" A resposta dele foi: "até agora está, a qualquer momento pode agitar, ninguém sabe." A rebelião é a forma de manter a troca, de receber a dádiva, se não houvesse essa ameaça constante provavelmente essas "regalias" do cotidiano não seriam oferecidas.

É necessário refletir um pouco mais sobre a superlotação, apontada pela equipe de direção da unidade como a grande vilã na tarefa de "ressocializar", assim, percebe-se que as "liberações" dos adolescentes soam como "alívio" nessa complexidade de contê-los.

Ao término da pesquisa, foi percebido que a instituição administra seus conflitos internos seguindo um plano de contenção e não de "ressocialização", para tal utiliza a categoria interna *jogo de cintura e habeas corpus*. Podemos ilustrar essa afirmação com um trecho de uma entrevista concedida por um adolescente denominado Müller:

Mônica: Existe algum trabalho dos monitores para evitar rebeliões, eles fazem algum trabalho para prevenir rebelião?

Müller: Faz, mas não adianta porque se começou o tumulto aqui, né, os três [monitores] não têm como segurar, mas tem muito monitor que tem *habeas corpus*.

Mônica: Os monitores também têm *habeas corpus*?

Müller: Tem *habeas corpus* porque muitos moram no lugar onde o adolescente mora.

Mônica: O que eles fazem para ter *habeas corpus*?

Müller: Assim, exemplo, o negócio do Chuço [arma “caseira”] mesmo, ele podia pegar e dar, né. Podia dar um quebra [bater], mas não, ele pega e diz: “rapaz, ó, cuidado, porque se for outro monitor te pega”. Aí já ganha *habeas corpus*. O que merece *habeas corpus* é esse. Ele dá cigarros.

Mônica: O que dá drogas ganha *habeas corpus*?

Müller: Ah não! Esse aí não.

## Rebelião:

Sérgio Adorno, apresentando o prefácio da obra de Vicentin (2005), busca decifrar os significados das rebeliões na Febem, afirmando que são sintomas, antes de serem causas. “Se é possível identificar causas, elas se encontram em níveis de profundidade e de densidade da vida social que somente o olhar atento e bem informado de pesquisadores são capazes de auscultar” (Adorno, 2005: 14). Há, portanto, vários fatores que devem ser avaliados: as rebeliões podem ser denúncias às condições trazidas pela superpopulação; podem ser revoltas contra a desigualdade social; os adolescentes em internação, esquecidos por todos, podem estar querendo ser vistos, percebidos. Nesta pesquisa, apareceram duas respostas como “causas” de rebelião por parte dos adolescentes: uma era que rebelião é para fugir – essa era a resposta mais freqüente – e a outra “causa” era para matar alguém que eles tinham rixa dentro da instituição. Já os dirigentes da instituição apontavam uma única e principal “causa”: a superpopulação carcerária.

Algumas falas dos adolescentes indicam uma melhor reflexão para essas respostas: “tenho medo de estar dormindo e o bicho pegar, vou procurar uma vida melhor pra mim”; “vê se a senhora fala com o juiz pra me tirar de lá, lá tá muito violento”; “tô lá há seis meses e já passei por nove rebeliões... já vi um cara morrer lá sim, foi Maruim.”

Rosiel, um adolescente considerado pela direção da instituição um *comando*, em entrevista revela o seguinte:

M: Tu estás aqui há três anos. Já passasse por várias rebeliões, né?

R: Já.

M: Pode me contar como é que é?

R: O pessoal combina, sai de ala em ala, fala um com o outro, com os pirraia [os mais novos, ou novatos], aí se concordar, aí marca a hora, aí estoura.

M: Para que fazem rebelião?

R: Tem vez que é pra melhorar alguma coisa, pra pedir alguma coisa de bom, pra se divertir, passar mais o tempo.

M: Se divertir, na rebelião?

R: Não, se divertir é assim, com o negócio que ele vai botar pra pedir [rebelião], pra o cara se divertir, passar o tempo, ficar mais comportado; é aquele negócio que ele tá lutando pra ganhar. Já que ele não ganhou pedindo, ele tem que ganhar lutando alguma coisa pra mostrar que quer bem [quer muito]. Também tem vez que é pra matar, tem vez que é pra fugir. Não tá agüentando a cadeia, muito tempo preso.

M: O que você sente mais falta?

R: É que eu gosto da minha família, mas... [longa pausa] é minha família de criação, mas... eu gosto da minha família, mas... Só minha mãe mesmo que me...

[Final da frase inaudível].

M: Por que tu vieste pra cá?

R: Foi formação de quadrilha, assalto.

M: Você tem muitos atos?

R: Não, não é atos graves não. Quando eu caí [foi internado] eu era pequeno demais, tinha 12 anos, quando eu caí no CENIP [internação provisória] foi 2002. Vim pra cá em 2003, 2003, 2004, 2005 fui pro CASEM [semiliberdade] não tava agüentando mais, depois me internei, botaram pra cá, depois daqui, botei uma rebelião, botei uma rebelião sozinho na três [ala], fugiu 28, levei um quebra do monitor, mas eu não quis fugir não.

M: E tu fizeste rebelião pra quê?

R: Pra fugir, mas eu tava sem dinheiro na hora, eu disse, "não vou fugir não", desisti. Aí eu fui pra Caruaru, fiz três rebelião... se morrer morreu cabou-se, pra mim já era. Bem dizer na outra rebelião me chamam como comando, mas ele não é comando não, ele tá lá como cabeça, ele tá superado, ele tem muito tempo, ele já sabe, ele já estudou tudinho, o movimento aqui dentro como é que é, o plantão que é mais mole, o plantão que bota quem, não sei o que, ele é considerado.

M: Tu és comando?

R: Hein? Eu mesmo não, mas tem gente que é. Eu quero sair daqui, trabalhar, ter meus filhos, cabou-se.

M: Quando acontece rebelião o que você sente? Sente medo?

R: Não, sente outro, revoltado, assim, se sente outra pessoa, mudada, furiosa, violenta, coragem... num chega medo não, só chega coragem, atitude, disposição e pronto.

M: Quem chega pra conter a rebelião?

R: Quem chega é o Choque, chega atirando.

M: Bala de verdade?

R: Bala de borracha.

M: Tu já apanhasse muito?

R: Ôxe, nada! [ironia]

Sobre a mídia Rosiel afirmou que "falam mentira, o que mandam eles falar. O que eles não falam é que a gente é espancado, que menor não é pra ser espancado, é pra ser aconselhado." Notei que ele só respondia praticamente na terceira pessoa, como se não fosse sobre ele mesmo a quem estava se referindo.

A última rebelião ocorrida na instituição até a conclusão da pesquisa foi em novembro de 2007. Essa rebelião, segundo adolescentes e funcionários entrevistados, ocorreu por causa de rixa entre os internos, resultando na morte de um adolescente.

## Conclusão:

A categoria *jogo de cintura* é a forma pela qual a instituição exerce o poder. Os adolescentes trocam o *habeas corpus-dado* pela obediência, pela ordem; essa troca transforma-se na racionalidade da administração institucional. A resistência é exercida pelos adolescentes com a rebelião, partindo do pressuposto de que elas estão presentes não só no acontecimento visível à sociedade, mas no cotidiano dos internos. A iminência constante de rebelião interessa não só aos adolescentes, mas aos administradores da instituição porque, através de sua iminência, o "jogo" pode ser "jogado" e o controle exercido. A rebelião enquanto possibilidade sustenta todo o sistema de trocas (não eqüitativas) representado pelo *habeas corpus* – racionaliza as relações entre a administração da instituição, no exercício do poder, e os adolescentes, na possibilidade de suportar os dias de cárcere. A rebelião concretizada, como acontecimento visível, não interessa nem à instituição nem aos adolescentes. A rebelião visível acontece quando esse sistema de trocas é rompido.

O *habeas corpus*, caracterizado como troca, encontra-se entre o poder e a resistência, entre o *jogo de cintura* e a rebelião. Sendo, juntamente com o *jogo de cintura* e a possibilidade de rebelião, responsável pela administração dos conflitos diários da instituição e

essa forma de administração de conflitos situa-se fora do alcance da vista dos profissionais do direito tampouco da sociedade mais ampla. O esquema abaixo procura ilustrar como a lógica de administrar os conflitos diários opera no universo pesquisado:

PODER		RESISTÊNCIA
jogo de cintura	<i>habeas Corpus</i> -dado	rebelião
INSTITUIÇÃO	<i>habeas Corpus</i> -retribuído	ADOLESCENTE

A instituição, através de muita conversa, através do “psicológico”, aproxima-se do adolescente para ganhar a "confiança" dele, seduz o adolescente com muito jogo de cintura. Preparado o terreno, oferece pequenas regalias no cotidiano, quebrando certas normas internas para DAR o *habeas corpus* e evitar a rebelião. O adolescente, partindo da ameaça constante de rebelião passa a RECEBER *habeas corpus*, a fim de obter o mínimo de bem estar e suportar os dias na prisão, obrigando-se a RETRIBUIR *habeas corpus* à instituição sob forma de bom comportamento, de colaboração. Nas ações de "dar", "receber" e "retribuir" *habeas corpus*, forma-se um "vínculo bilateral irrevogável", a quebra desse vínculo pode fazer com que uma rebelião aconteça. Por fim, a instituição exerce poder e controle através do uso da categoria jogo de cintura e o adolescente resiste a esse poder com a ameaça constante de rebelião. O *habeas corpus* trocado situa-se entre o poder e a resistência. A rebelião, paradoxalmente, é resistência ao poder e categoria que sustenta o jogo de cintura (o exercício do poder), bem como a troca de *habeas corpus*.

### Bibliografia:

ADORNO, Sérgio. “Prefácio”. In VICENTIN, 2005: 11-14.

BARBOSA, Livia. O Jeitinho Brasileiro – a arte de ser mais igual do que os outros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DAMATTA, Roberto. O que faz do brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

GODBOUT, Jacques T com CAILLÉ, Alain. O Espírito da Dádiva. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

GODELIER, Maurice. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GUSMÃO COSTA, Mônica Maria. *Habeas Corpus*: entre o Jogo de Cintura e a Rebelião – um estudo sobre adolescentes internos em Pernambuco. Dissertação de Mestrado. UFPE.2008.

HARRIS, Marvin. Cultural Materialism: The Struggle for a Science of Culture. Walnut Creek: AltaMira Press, 2001.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

VICENTIN, Maria Cristina G. A Vida em Rebelião: Jovens em conflito com a lei. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.